

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) prevê a existência de quatro tipologias de unidades de internamento, sendo elas as unidades de convalescença, as unidades de média duração e reabilitação, as unidades de longa duração e manutenção e as unidades de cuidados paliativos.

De acordo com o Relatório de Monitorização da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados relativo ao primeiro semestre de 2013, publicado a 28 de janeiro de 2014 na página da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) existe um total de 5988 camas na RNCCI, sendo 887 de convalescença, 1838 de média duração e reabilitação, 3061 de longa duração e manutenção e 202 de cuidados paliativos.

Tem havido uma clara opção governamental pela entrega do desenvolvimento da RNCCI ao setor social e ao setor privado, em detrimento do setor público. Por este motivo, existem até mais camas no setor privado com fins lucrativos (23,2%) do que no setor público (8,4%); as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) constituem a maioria das camas contratualizadas, representando 68,5%.

Esta escolha coloca a rede na dependência dos interesses do setor social e privado, comprometendo o seu alargamento em função do interesse destes setores. Por este motivo, existem pouquíssimas camas em determinadas regiões uma vez que estes setores não têm o mesmo interesse económico na disponibilização destes serviços em algumas regiões.

O Bloco de Esquerda apresentou um Projeto de Resolução (601/XII/2ª) recomendando não só o alargamento da rede como o investimento público em unidades públicas. Este projeto foi aprovado mas a sua efetivação tem tido diminuta.

A opção pela entrega da RNCCI ao setor social e ao setor privado têm acarretado situações como a que atualmente se faz sentir em Chaves, onde a unidade existente é da Santa Casa da Misericórdia local; refira-se que, ao longo dos últimos anos, a Santa Casa da Misericórdia de

Chaves tem vindo a registar sucessivamente salários em atraso aos trabalhadores das suas diversas unidades, chegando a haver casos de cinco salários e um subsídio em atraso.

Assim, em Chaves existe uma unidade que dispõe de 16 camas de média duração e reabilitação e outras 16 camas de longa duração e manutenção. Esta unidade, onde trabalham 36 pessoas, vai encerrar no final deste mês, uma vez que a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte rescindiu este contrato com a Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

O encerramento desta unidade nada traz de bom às populações, deixando as pessoas com menos acesso a cuidados de saúde na sua zona de residência, obrigando-as a grandes deslocações e dificultando a possibilidade de os familiares as visitarem durante o internamento. A disponibilização de camas no âmbito da RNCCI é um serviço público, fundamental hoje e no futuro, que tem que ser garantido e disponibilizado aos cidadãos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Vão ser encerradas 16 camas de média duração e reabilitação em Chaves. Que medidas vão ser implementadas para garantir a disponibilização destas camas no âmbito do setor público?
2. Vão ser encerradas 16 camas de longa duração e manutenção em Chaves. Que medidas vão ser implementadas para garantir a disponibilização destas camas no âmbito do setor público?
3. Quais os motivos que levaram à não renovação da contratualização de camas com a Santa Casa da Misericórdia de Chaves?
4. Quantas pessoas aguardam atualmente vaga na RNCCI na zona de Chaves?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 22 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

JOÃO SEMEDO(BE)

HELENA PINTO(BE)